



Aguiar-Branco critica PGR por entrevista à RTP

Presidente do Parlamento preferia que Lucília Gago tivesse antes falado aos deputados

Diana Valente *
diana.valente@jn.pt

JUSTIÇA O presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, defendeu que a procuradora-geral da República, Lucília Gago, deveria ter-se pronunciado mais cedo e no Parlamento, e não em entrevista à RTP. A crítica foi feita à margem da cerimónia de apresentação do relatório anual “O estado da nação e as políticas públicas” 2024 [ver pág. 13], no ISCTE.

Aguiar-Branco afirmou que se a intervenção pública de Lucília Gago “tivesse acontecido há muito mais tempo”, havia “menos razões para ter juízos que foram feitos e que eram desproporcionais ou descabidos em relação à atuação do Ministério Público”.

O presidente do Parlamento sublinhou que teria sido melhor se a intervenção de Lucília Gago tivesse ocorrido no Parlamento, que considera o “lugar de maior dignidade nos órgãos de soberania” e “onde estão os representantes do povo”.

Destacou ainda que antigos procuradores-gerais responderam a perguntas no Parlamento, e preferia que a procuradora tivesse seguido o mesmo caminho.

Questionado sobre qual deve ser o perfil do sucessor de Lucília Gago, Aguiar-Branco não respondeu diretamente e limitou-se a defender a existência de audições que permitam compreender a visão e “capacidade de comunicação” da figura à frente da Procuradoria-Geral da República. Sobre os recentes casos judiciais que levaram à queda do Governo e do Governo Regional da Madeira, Aguiar-Branco reconheceu que podem ter afetado a confiança dos cidadãos na justiça.

CONSENSOS POLÍTICOS

No encerramento da cerimónia no ISCTE, Aguiar-Branco reiterou a necessidade de consensos políticos para uma reforma na justiça, defendendo que essas mudanças devem contar com o apoio do presidente da República. Em declarações complementares, elogiou a atenção de Marcelo Rebelo de Sousa à matéria da justiça e destacou a importância de uma reforma abrangente envolvendo todos os operadores judiciais e partidos políticos, em vez de “intervensões cirúrgicas” que não produzem mudanças significati-

VAS. • COM LUSA



Lucília Gago deu explicações em entrevista à RTP